GEDES
GRUPO DE ESTUDOS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Observatório de Política Exterior Brasileira

Observatório de Política Exterior

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

unesp

Informe de Política Exterior Brasileira
Nº 671
22/08/2021 a 28/08/2021[1]

O Observatório de Política Exterior Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal gerido pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) e executado por docentes e discentes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou o prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e, em 2011, ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política exterior brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo.

Coordenação: Profa. Dra. Bárbara Motta, Prof. Dr. Eduardo Mei, Profa. Dra. Érica Cristina Winand, Prof. Me. Jorge Oliveira Rodrigues, Profa. Dra. Lívia Peres Milani.

Equipe de revisão: Profa. Dra. Lívia Peres Milani, Prof. Guilherme Paul Berdu, Arthur de Freitas, Cecília Arruda, Heitor Torres Vieira, João Marcelo Tonetto de Almeida, Larissa Aguiar Albuquerque, Mariah Luiza dos Anjos, Pedro Henrique Esteves, Samuel Davis Domingues, Sofia Taveira, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa, Wancerlon Delfino.

Equipe de redação: Arthur de Freitas, Cecília Arruda, Heitor Torres Vieira, Larissa Aguiar Albuquerque, Mariah Luiza dos Anjos, Pedro Henrique Esteves, Sofia Taveira, Vinícius Teles do Carmo Santa Rosa, Wancerlon Delfino.

[1] Nos dias 23, 25 e 26 de agosto não houve notícias de política exterior brasileira.

Diplomatas reagiram aos ataques de Bolsonaro à democracia brasileira

Após a série de ataques do Presidente Jair Bolsonaro (sem partido) às instituições democráticas brasileiras nos últimos meses, houveram repercussões dentre os representantes diplomáticos da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos da América (EUA) e seus respectivos governos. Em entrevista, alguns diplomatas alegaram que não há risco de ruptura, mas que não se deve ignorar as investidas, sendo possível um cenário semelhante à invasão do Capitólio nos EUA durante as eleições de 2022. Nesse sentido, o presidente estadunidense, Joe Biden, enviou à Brasília uma missão liderada pelo assessor para a Segurança Nacional da Casa Branca, Jake Sullivan, para tratar do assunto. Os representantes dos EUA afirmaram que não têm preocupação com a realização de eleições livres. A missão ainda visitou outros países da América Latina e, em resposta ao período de turbulências e mudanças, a Casa Branca convocou a Cúpula para a Democracia, para a qual o Brasil ainda não foi convidado. Desde a eleição de Biden, os dois presidentes ainda não se telefonaram ou encontraram pessoalmente e só se comunicaram por cartas, em contraste com a relação com o ex-presidente Donald Trump, causando repercussões negativas segundos diplomatas. Já o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, alegou que não há motivo para receio, pois para ele as instituições brasileiras estão seguras e com funcionamento pleno, podendo ser constatado por qualquer diplomata externo (Estado de S. Paulo - Impresso - Política - 22/08/2021; Estado de S. Paulo - Online - Política - 22/08/2021).

Brasil enviou missão humanitária ao Haiti

No dia 22 de agosto, o Brasil enviou por voos da Força Aérea Brasileira (FAB) um carregamento de ajuda humanitária e uma equipe de bombeiros ao Haiti após um terremoto que devastou o sudoeste do país. Em Brasília, o Presidente Jair Bolsonaro (sem partido) acompanhou a partida do avião e afirmou que a solidariedade é uma marca do povo brasileiro. Por sua vez, o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, afirmou que, logo após receber o pedido de ajuda por parte dos haitianos, coordenou as Forças Armadas e o corpo diplomático para o envio de bombeiros, equipamentos emergenciais, insumos médicos e estratégicos. Braga Netto também reforçou a relação de fraternidade do Brasil com os haitianos (Estado de S. Paulo - Online - Internacional - 22/08/2021).

Bolsonaro reuniu-se com presidente da Guiné-Bissau

No dia 24 de agosto, em Brasília, o Presidente Jair Bolsonaro recebeu seu homólogo da Guiné Bissau, Umaro Sissoco Embaló, com cerimônia no Palácio do Planalto e almoço no Ministério das Relações Exteriores (MRE). O governo decidiu enviar um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) à Guiné-Bissau para buscar Embaló, que já foi chamado de Bolsonaro da África [sic]. O MRE confirmou o uso do avião para os fins diplomáticos e justificou com os laços culturais, históricos, linguísticos e de amizade

entre os países. Participaram também da cerimônia 6 ministros, incluindo a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, o ministro da saúde, Marcelo Queiroga, e o ministro das Relações Exteriores, Carlos França. Bolsonaro referiu-se ao mandatário guineense como irmão e declarou que conversaram brevemente sobre agricultura, saúde e defesa. O visitante, por sua vez, afirmou que o Brasil possui as ferramentas necessárias para modernizar a agricultura e a área da saúde e convidou o presidente brasileiro para visitar seu país em outubro (Folha de S. Paulo - Online - Mundo - 22/08/2021; Folha de S. Paulo - On-line - Mundo - 24/08/2021).

Itamaraty negociou doses de vacina com o governo indiano

O Ministério das Relações Exteriores negociou secretamente com o governo indiano e transportou doses por 55 mil dólares após fracassos de fretamento das mesmas doses em outras oportunidades que causaram um prejuízo de 500 mil dólares para a Fiocruz. O Ministério da Saúde apenas soube do transporte dessas doses quando a carga já estava prestes a embarcar no aeroporto de Mumbai. O primeiro fracasso de fretamento ocorreu quando o até então ministro Eduardo Pazuello determinou à Fiocruz que fretasse um avião para buscar as vacinas na Índia no dia 16 de janeiro e, ao mesmo tempo, negociou com a companhia aérea Azul um outro voo para buscar as mesmas vacinas. O presidente Jair Bolsonaro, na época, enviou um telegrama diplomático ao primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, recordando a importância do prazo do dia 20 de janeiro para a chegada das doses, dia em que o governador de São Paulo, João Dória (PSDB), iria começar a campanha de vacinação no estado. Todavia, apenas no dia 19 de janeiro que o ministro das Relações Exteriores do país asiático, Subrahmanyam Jaishankar, comunicou que a carga de vacinas seria liberada apenas no dia 21 de janeiro (Folha de S. Paulo - Online - Poder - 26/08/2021; Folha de S. Paulo - Impresso - Poder - 27/08/2021).

Brasil e Nova Zelândia fecharam parceria

O Brasil e a Nova Zelândia fecharam parceria com o intuito de facilitar pedidos de cobrança de pensão alimentícia para familiares que vivem entre os dois países. A iniciativa surgiu a partir da adesão do país da Oceania junto à Conferência de Haia sobre Direito Internacional Privado. Desde 2017, integrantes da Convenção de Haia sobre Alimentos viabilizam medidas para acelerar e tornar mais efetivas as solicitações do direito à assistência financeira para menores de idade. Segundo o Ministério da Justiça e Segurança Pública, anualmente, o Brasil recebe mais de 300 pedidos de pensão alimentícia vindos de brasileiros residentes no exterior (O Estado de S. Paulo - Política - 26/08/2021).

Juízes federais solicitaram concessão de vistos humanitários para magistradas afegãs

No dia 25 de agosto, por meio de ofício, a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), solicitou ao Ministério das Relações Exteriores a concessão de vistos humanitários para juízas afegãs. Segundo a Ajufe, cerca de 270 magistradas ainda residem no território afegão e estão em risco por desempenharem atividades jurisdicionais. Portanto, a entidade solicitou uma audiência com o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, para tratar da crise humanitária e se colocou à disposição para, juntamente com o Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos públicos, formular soluções e políticas de acolhimento para as mulheres (O Estado de S. Paulo - Política - 26/08/2021).

Um brasileiro foi retirado do território afegão

No dia 27 de agosto, o Ministério das Relações Exteriores, com auxílio dos governos da Espanha e da Alemanha, resgatou um brasileiro e seus familiares que estavam no Afeganistão. Segundo o Itamaraty, esse indivíduo é um dos dois brasileiros que solicitaram ajuda para sair do país e estão recebendo atenção prioritária do órgão. O grupo se abrigou temporariamente na Espanha, todos em boas condições de saúde. O segundo brasileiro permanece em território afegão, bem como seus familiares, fazendo com que a chancelaria do Brasil permaneça em situação de intensa articulação com países atuantes na região para viabilizar sua retirada. Ademais, o governo brasileiro, em nota, condenou nos mais fortes termos os atentados, afirmando que os resultados foram mortos e feridos além do risco oferecido às operações de evacuação e de ajuda humanitária em curso. Por fim, o Itamaraty pediu que sejam garantidos a proteção dos civis e o respeito aos direitos humanos (O Estado de S. Paulo - Online - Internacional - 27/08/2021; Folha de S. Paulo - Online - Mundo - 27/08/2021).

DPU solicitou ao Itamaraty a entrada de 400 afegãos de uma empresa

No dia 27 de agosto, a Defensoria Pública da União (DPU) enviou um requerimento aos ministérios de Relações Exteriores, Justiça, Trabalho e Defesa solicitando que 400 afegãos sejam admitidos em território brasileiro e que o país concedesse vistos humanitários a pessoas dessa nacionalidade. Além disso, a DPU também pediu que o Ministério da Defesa mobilize aeronaves para o resgate aéreo de afegãos em risco. O pedido foi originalmente realizado por uma empresa do Afeganistão com sede em Dubai e sucursal nos Estados Unidos da América (EUA), alegando ter os meios necessários para o transporte e instalação nos EUA de seus funcionários e famílias. No entanto, a companhia afegã requisita um terceiro país que possa receber essas pessoas temporariamente, enquanto o visto americano é processado. O Brasil foi um dos países buscado pela empresa por ajuda, uma vez que o Itamaraty já declarou ser sensível às dificuldades causadas pela situação política no Afeganistão. O ministério, todavia, informou que não pode responder publicamente sobre o pedido da empresa

em atendimento ao direito à privacidade (Folha de S. Paulo - Online - Mundo - 27/08/2021).

Deputados federais cobraram OEA e Banco Mundial por vídeo dos Weintraubs

Os deputados federais Bohn Gass (PT/RS) e Alencar Santana (PT/SP), enviaram cartas à Organização dos Estados Americanos (OEA) e ao Banco Mundial (BM) questionando a participação do diretor do conselho executivo do BM, Arthur Weintraub, e do secretário de Segurança Multidimensional da OEA, Abraham Weintraub, em um vídeo incentivando as manifestações a favor do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Gass e Santana denunciaram tal comportamento já que alegam implicar diretamente na promoção do silenciamento do Poder Judiciário e de uma intervenção militar anti-democrática. Os deputados indicam que há indícios de que ocorrerá uma invasão às instalações do Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Congresso Nacional, com risco de sublevação de policiais militares. No documento enviado para a OEA, os parlamentares reforçam um dos propósitos da entidade, citado em sua carta de fundação, de promover e consolidar a democracia representativa de seus países membros. Já na carta enviada ao Banco Mundial, foi apontada a impossibilidade de seus funcionários participarem de protestos não-pacíficos, previsto em seu código de conduta. Dessa forma, os petistas exigiram, em cada uma das cartas, que as devidas providências fossem tomadas. Em resposta, o Banco Mundial afirmou que os diretores executivos agem como representantes de seus respectivos países, não os configurando como funcionários do órgão e, portanto, não estão sujeitos às regras do código de conduta (Folha de S. Paulo - Impresso - Mercado - 27/08/2021).